



PRIMEIRO ADITAMENTO À
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA DA
SEGUNDA EMISSÃO DE VICUNHA SIDERURGIA S.A.

As partes:

I. como emissora ("Emissora"):

VICUNHA SIDERURGIA S.A., companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José 20, 16º andar, grupo 1602, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.871.007/0001-04, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

II. como fiadores (sem prejuízo de suas outras Obrigações (conforme definido abaixo)) ("Fiadores", sendo as pessoas físicas abaixo mencionadas "Fiadores Pessoas Físicas"):

VICUNHA AÇOS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itacolomi 412, 5º andar, sala 3, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 04.213.131/0001-08, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, observado o disposto na Cláusula 5.8.3.1 abaixo ("Vicunha Aços");

VICUNHA STEEL S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ivaí 207, sala 21, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 04.169.992/0001-36, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, observado o disposto na Cláusula 5.8.3.1 abaixo ("Vicunha Steel");

DOROTHÉA STEINBRUCH, brasileira, viúva, industrial, portadora da carteira de identidade registro geral n.º 4.328.916, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n.º 055.494.768-43, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 12º andar; e seus filhos (i) BENJAMIN STEINBRUCH, brasileiro, casado em regime de separação absoluta de bens, conforme certidão de casamento n.º 8934, livro B-0040, fls. 0192, expedida pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais, 7º Subdistrito, da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, industrial, portador da carteira de identidade registro geral n.º 3.627.815-4, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 618.266.778-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 12º andar;



(ii) RICARDO STEINBRUCH, brasileiro, casado em regime de separação absoluta de bens, conforme certidão de casamento n.º 6614, livro B-0029, fls. 026, expedida pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais, 7º Subdistrito, da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, administrador de empresas, portador da carteira de identidade registro geral n.º 4.576.689, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 030.626.328-95, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 12º andar; e (iii) ELISABETH STEINBRUCH SCHWARZ, brasileira, casada em regime de separação absoluta de bens, conforme certidão de casamento n.º 2376, livro B-0009, fls. 010, expedida pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais, 7º Subdistrito, da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, engenheira, portadora da carteira de identidade registro geral n.º 4.565.021, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 006.990.838-93, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 12º andar; e

ELIEZER STEINBRUCH, brasileiro, viúvo, industrial, portador da carteira de identidade registro geral n.º 1.183.783, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n.º 018.004.698-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 1º andar; e seus filhos (i) CLARICE STEINBRUCH, brasileira, separada judicialmente, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade registro geral n.º 7.526.365-8, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 032.473.948-69, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 1º andar; (ii) FÁBIO STEINBRUCH, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da carteira de identidade registro geral n.º 8.441.118, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 052.581.918-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 1º andar; e (iii) LÉO STEINBRUCH, brasileiro, casado em regime de separação absoluta de bens, conforme certidão de casamento n.º 13062, livro B-057, fls. 204, expedida pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais, 20º Subdistrito, da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, comerciante, portador da carteira de identidade registro geral n.º 13.597.999, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 110.885.048-09, residente



e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 1º andar;

- III. como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas") objeto desta emissão ("Debêntures") ("Agente Fiduciário");

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro 99, 16º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social; e

- IV. como interveniente anuente ("CSN");

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José 20, 16º andar, grupo 1602, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.042.730/0001-04, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

CONSIDERANDO que houve a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores (conforme definido abaixo) e que a taxa da Remuneração das Debêntures foi aprovada pelo conselho de administração da Emissora em reunião realizada em 27 de junho de 2005;

resolvem aditar e re-ratificar a "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Real e Fidejussória da Segunda Emissão de Vicunha Siderurgia S.A." que, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Real e Fidejussória da Segunda Emissão de Vicunha Siderurgia S.A." ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com os seguintes termos e condições:

I DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da (i) assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 20 de maio de 2005, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 7 de junho de 2005 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Valor Econômico" e "Diário do Comércio" em 15 de junho de 2005 ("AGE"); (ii) assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 17 de junho de 2005, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em



22 de junho de 2005 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 27 de junho de 2005 e nos jornais "Valor Econômico" e "Diário do Comércio" em 24 de junho de 2005; (iii) reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 27 de junho de 2005, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Valor Econômico" e "Diário do Comércio"; (iv) reunião do conselho de administração da Vicunha Aços realizada em 20 de maio de 2005, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 13 de junho de 2005 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário do Comércio" em 17 de junho de 2005; e (v) reunião do conselho de administração da Vicunha Steel realizada em 20 de maio de 2005, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 13 de junho de 2005 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário do Comércio" em 17 de junho de 2005.

- 1.2 A AGE autorizou o conselho de administração a (i) deliberar ou alterar as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e (ii) se assim decidir, cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Emissora.

II DOS REQUISITOS

- 2.1 A emissão e distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:
- I. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão deverá ter sido (a) inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro; e (b) registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
 - II. *registro dos Contratos de Penhor (conforme definido abaixo).* Os Contratos de Penhor deverão ter sido registrados (a) nos registros da Instituição Depositária (conforme definido abaixo) e nos livros de registro de ações nominativas da Emissora, da Vicunha Aços e da Vicunha Steel; e (b) nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;



- III. *registro para distribuição no mercado primário.* A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP");
- IV. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
- V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- VI. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ser registrada na ANBID no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").

III

DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social a participação em outras sociedades.

IV

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão imediatamente aplicados na integral quitação do saldo devedor, incluindo principal, juros e demais encargos, devidos nos termos das cédulas de crédito bancário, emitidas pela Emissora em favor de Banco Pactual S.A.



Banco Itaú BBA S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("Obrigações Existentes"), cujos recursos foram utilizados como parte do pagamento do resgate antecipado das debêntures não conversíveis com garantia real e fidejussória da primeira emissão da Emissora e para pagamento de antecipação de dividendos aos seus acionistas. O saldo remanescente, se houver, será usado para o pagamento das obrigações surgidas no curso natural dos negócios da Emissora, incluindo o pagamento de antecipação de dividendos no exercício, até o limite de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), sendo que este limite inclui o montante das Cédulas de Crédito Bancário eventualmente destinado para o pagamento de antecipação de dividendos.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").
- 5.3 *Quantidade.* Serão emitidas 12.000 (doze mil) Debêntures.
- 5.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária, e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (ii) para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.
- 5.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 5.8.1 abaixo e dos Contratos de Penhor. Adicionalmente, as Debêntures terão garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 5.8.3 abaixo.



5.8.1 *Garantias reais.* Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, referentes a esta Escritura de Emissão (incluindo a Fiança (conforme definido abaixo)) e a qualquer dos Penhores (conforme definido abaixo) ("Obrigações"), foram constituídas as seguintes garantias reais:

- I. penhor, constituído pela Emissora em favor dos Debenturistas, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Companhia Siderúrgica Nacional", celebrado em 17 de junho de 2005 entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a CSN, que é considerado parte integrante e complementar desta Escritura de Emissão ("Contrato de Penhor de Ações da CSN"), sobre as Ações da CSN Empenhadas (conforme definido no Contrato de Penhor de Ações da CSN), observado que o penhor a que se refere este inciso, com relação a 11,9% (onze inteiros e nove décimos por cento) das ações representativas do capital social votante e total da CSN, foi constituído em primeiro grau e, com relação a 3,1% (três inteiros e um décimo por cento) das ações representativas do capital social votante e total da CSN, foi constituído em segundo grau e somente passará a ser em primeiro grau a partir da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes ("Penhor de Ações da CSN");
- II. penhor, constituído pela Vicunha Aços em favor dos Debenturistas, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Vicunha Siderurgia S.A.", celebrado em 17 de junho de 2005 entre a Vicunha Aços, o Agente Fiduciário e a Emissora, que é considerado parte integrante e complementar desta Escritura de Emissão ("Contrato de Penhor de Ações da Emissora"), sobre as Ações da Emissora Empenhadas (conforme definido no Contrato de Penhor de Ações da Emissora), observado que o penhor a que se refere este inciso foi constituído em segundo grau e somente passará a ser em primeiro grau a partir da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes ("Penhor de Ações da Emissora");
- III. penhor, constituído pela Vicunha Steel em favor dos Debenturistas, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Vicunha Aços S.A.", celebrado em 17 de junho de 2005 entre a Vicunha Steel, o Agente Fiduciário, a Vicunha Aços e a Emissora, que é considerado parte integrante e complementar desta Escritura de Emissão ("Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços"), sobre as Ações da Vicunha Aços Empenhadas (conforme definido no Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços), observado que o penhor a que se refere este inciso foi constituído em segundo grau e somente passará a ser em primeiro grau



a partir da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes ("Penhor de Ações da Vicunha Aços"); e

- IV. penhor, constituído por Dorothéa Steinbruch e Eliezer Steinbruch ("Acionistas") em favor dos Debenturistas, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Vicunha Steel S.A.", celebrado em 17 de junho de 2005 entre os Acionistas, o Agente Fiduciário, a Vicunha Steel e a Emissora, que é considerado parte integrante e complementar desta Escritura de Emissão ("Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel") e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações da CSN, o Contrato de Penhor de Ações da Emissora e o Contrato de Penhor da Vicunha Aços, "Contratos de Penhor", sobre as Ações da Vicunha Steel Empenhadas (conforme definido no Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel), observado que o penhor a que se refere este inciso, com relação a 50% (cinquenta por cento) das ações representativas do capital social votante e total da Vicunha Steel foi constituído em segundo grau e somente passará a ser em primeiro grau a partir da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes e, com relação a 50% (cinquenta por cento) das ações representativas do capital social votante e total da Vicunha Steel, somente passará a ser eficaz, em segundo grau, no 1º (primeiro) dia útil subsequente à data em que os Acionistas tornarem-se titulares de tais ações e somente passará a ser em primeiro grau a partir da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes ("Penhor de Ações da Vicunha Steel" e, em conjunto com o Penhor de Ações da CSN, o Penhor de Ações da Emissora e o Penhor de Ações da Vicunha Aços, "Penhores").

5.8.1.1 O Penhor de Ações da Vicunha Steel, o Penhor de Ações da Vicunha Aços e/ou o Penhor de Ações da Emissora somente poderão ser executados após a excussão, de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula 6ª do Contrato de Penhor de Ações da CSN, das Ações da CSN Empenhadas.

5.8.1.2 Fica desde já permitida a exclusão do Penhor de Ações da Vicunha Steel e/ou do Penhor de Ações da Vicunha Aços em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Vicunha Steel e/ou a Vicunha Aços permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV da Cláusula 6.1 abaixo, em que, como condição suspensiva a tal operação, seja constituído imediatamente penhor sobre as ações eventualmente emitidas em decorrência de tais operações.

5.8.2 *Limite de emissão.* Considerando o disposto na Cláusula 5.8.1 acima, a emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no parágrafo 1º do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que, na Data de Emissão, o Valor Total da Emissão é inferior a R\$1.200.283.200,00 (um bilhão, duzentos



milhões, duzentos e oitenta e três mil e duzentos reais), correspondente a 80% (oitenta por cento) de R\$1.500.354.000,00 (um bilhão, quinhentos milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil reais), correspondente ao valor das ações ordinárias de emissão da CSN de titularidade da Emissora empenhadas em favor Debenturistas até a Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, que foram avaliadas mediante a multiplicação de (i) R\$43,87 (quarenta e três reais e oitenta e sete centavos), que é o preço médio, ponderado por quantidade de ações negociadas, de 1 (uma) ação ordinária nominativa escritural e sem valor nominal de emissão da CSN verificado na Bovespa nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à Data de Emissão (exclusive); por (ii) 34.200.000 (trinta e quatro milhões e duzentos mil) ações ordinárias de emissão da CSN de titularidade da Emissora objeto do penhor em primeiro grau em favor dos Debenturistas até a Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, correspondentes a 11,9% (onze inteiros e nove décimos por cento) das ações representativas do capital social votante e total da CSN, não sendo necessário, portanto, para tal fim, computar o valor das demais garantias a que se refere a Cláusula 5.8.1 acima.

5.8.3 *Garantia Fidejussória.* Por esta Escritura de Emissão, os Fiadores, desde já obrigam-se como fiadores e principais pagadores solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, pelo pagamento pontual das Obrigações pecuniárias, renunciando, neste ato, expressamente, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança").

5.8.3.1 Fica desde já permitida a exclusão da Vicunha Steel e/ou da Vicunha Aços da Fiança em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Vicunha Steel e/ou a Vicunha Aços permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV da Cláusula 6.1 abaixo, em que, como condição suspensiva a tal operação, tenha sido entregue documento firmado pela sucessora ou empresa que tenha recebido os ativos (excluindo a Emissora, a Vicunha Aços, a Vicunha Steel ou os Fiadores Pessoas Físicas, que já estão obrigados nos termos desta Escritura de Emissão) por meio do qual tal sucessora ou empresa que tenha recebido os ativos passe a estar imediatamente sujeita à Fiança na mesma extensão assumida pela Vicunha Steel e/ou pela Vicunha Aços.

5.8.3.2 Não ocorrendo o pagamento, pela Emissora, a que se refere a Cláusula 6.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário procederá à execução da Fiança, observado o disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo.



- 5.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 1º de junho de 2005 ("Data de Emissão").
- 5.10 *Prazo e data de vencimento:* O prazo das Debêntures é de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento").
- 5.11 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 5.17.1 abaixo.
- 5.12 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 5.13 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e do SDT. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.
- 5.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição").
- 5.15 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal de cada Debênture será pago em 6 (seis) parcelas, anuais e sucessivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2007 e o último, na Data de Vencimento, sendo as 5 (cinco) primeiras parcelas no valor de R\$16.666,67 (dezesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) e a última parcela no valor de R\$16.666,65 (dezesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) ("Amortização(ões)").
- 5.17 *Remuneração.* Sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 108% (cento e oito por cento), definido de acordo com o disposto na Cláusula 5.17.1 abaixo, das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Extra-Grupo" ("Taxa DI"), expresso ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta



e dois) dias úteis, calculado e divulgado diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração").

- 5.17.1 *Coletas de intenções de investimento (bookbuilding)*. Para definição da Remuneração, foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sendo tal procedimento realizado e a Remuneração divulgada nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, que foi ratificada pelo conselho de administração da Emissora.
- 5.17.2 *Periodicidade de pagamento da Remuneração*. A Remuneração será devida anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2006 e, o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à data de pagamento.
- 5.17.3 *Fórmula para cálculo da Remuneração*. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração a ser paga nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = saldo do Valor Nominal das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times S / 100 \right) \right], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$



$DI_k =$ Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "k";

$d_k =$ número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

$S =$ valor referido na Cláusula 5.17 acima e definido nos termos da Cláusula 5.17.1 acima.

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.17.4 *Não divulgação da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de



aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.5 abaixo.

- 5.17.5 *Substituição da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de ocorrência do evento a que se refere esta Cláusula, assembléia geral de Debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Emissora. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na assembléia geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual da Taxa DI aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembléia geral de Debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembléia geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. A aquisição ou o resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.
- 5.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 5.19 *Amortização antecipada obrigatória ou resgate antecipado obrigatório.* A Emissora obriga-se a, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de publicação de aviso aos Debenturistas neste sentido, aviso este que deverá ser publicado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do efetivo recebimento, pela Emissora, de quaisquer dos valores a que se referem os incisos I ou II abaixo, promover a amortização antecipada parcial ou, se forem suficientes para tanto, o resgate total do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, com o conseqüente cancelamento de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo



devido qualquer prêmio de amortização ou resgate, mediante a utilização, única e exclusivamente:

- I. do valor (líquido de quaisquer comissões, tributos e despesas diretamente relacionados ao recebimento de tal valor) efetivamente recebido pela Emissora, pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel com a alienação, venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência, pública ou privada, de forma direta ou indireta, a qualquer título, de qualquer ação de emissão da CSN, incluindo as Ações da CSN Empenhadas, de titularidade da Emissora, da Vicunha Aços ou da Vicunha Steel (e, a fim de evitar dúvidas, esclarece-se que a obrigação a que se refere esta Cláusula não inclui qualquer venda por qualquer pessoa que seja acionista da Vicunha Steel até 30 de junho de 2005, bem como por qualquer dos Acionistas ou por qualquer dos Fiadores Pessoas Físicas), exceto:
 - (a) pela alienação, venda, cessão ou transferência de 1 (uma) ação de emissão da CSN de titularidade da Emissora a cada conselheiro da CSN que for indicado pela Emissora; ou
 - (b) pela excussão de ações de emissão da CSN de titularidade da Emissora que forem empenhadas ou oneradas a terceiros até 1º de julho de 2005, incluindo ações que forem empenhadas após tal data nos termos do contrato relativo à dívida garantida por tais ações, limitadas, em qualquer caso, à diferença entre a totalidade das ações de emissão da CSN de titularidade da Emissora e as Ações da CSN Empenhadas, observado que a excussão a que se refere esta alínea não isenta a Emissora e os Fiadores de observar os demais termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor; e/ou
- II. dos Recursos Extraordinários (conforme definido abaixo) efetivamente recebidos pela Emissora.

5.20 *Amortização antecipada facultativa ou resgate antecipado facultativo.* Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.19 acima, a Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão e desde que publique aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias contados da data do respectivo evento, promover (i) a amortização antecipada parcial do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva amortização, não sendo devido qualquer prêmio de amortização; ou (ii) o resgate antecipado de todas as Debêntures em circulação, com o conseqüente cancelamento de todas as



Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, não sendo devido qualquer prêmio de resgate.

- 5.21 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 5.22 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer Obrigação, todos e quaisquer valores em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("**Encargos Moratórios**").
- 5.23 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.24 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.24.1 Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.



- 5.25 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.
- 5.26 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Valor Econômico", edição nacional, e "Diário do Comércio", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso.
- 5.27 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

Vicunha Siderurgia S.A.
Rua Itacolomi 412, 3º andar, sala 3
01239-020 São Paulo, SP
At.: Rubens dos Santos
Telefone: (11) 3236 7160/2187 2009
Fac-símile: (11) 3236 7155
Correio Eletrônico: rubenss@vicunha.com.br



II. para os Fiadores:

Vicunha Aços S.A.
Vicunha Steel S.A.
Dorothea Steinbruch
Benjamin Steinbruch
Ricardo Steinbruch
Elisabeth Steinbruch Schwarz
Eliezer Steinbruch
Clarice Steinbruch
Fábio Steinbruch
Léo Steinbruch

A/c.: Vicunha Siderurgia S.A.
Rua Itacolomi 412, 3º andar, sala 3
01239-020 São Paulo, SP
At.: Rubens dos Santos
Telefone: (11) 3236 7160/2187 2009
Fac-símile: (11) 3236 7155
Correio Eletrônico: rubenss@vicunha.com.br

III. para o Agente Fiduciário:

Pavarini D.T.V.M. Ltda.
Rua Sete de Setembro 99, 16º andar
20050-005 Rio de Janeiro, RJ
At.: Carlos Alberto Bacha/Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507 1949
Fac-símile: (21) 2507 1773
Correio Eletrônico: pavarini@pavarini.com.br

IV. para a CSN:

Companhia Siderúrgica Nacional
Av. Brig. Faria Lima 3400, 20º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Diretor Presidente
Telefone: (11) 3049 7100
Fac-símile: (11) 3049 7150

- 5.28 *Instituição depositária.* Banco Itaú S.A. (i) será o prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures; e (ii) é o prestador de serviços de escrituração das ações de emissão da CSN ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).



VI

VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 *Eventos de vencimento antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as Obrigações, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.1.2 abaixo), na ocorrência dos seguintes eventos:
- I. (a) pedido de aut falência apresentado pela CSN, pela Emissora, pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel; (b) decretação de falência da CSN, da Emissora, da Vicunha Aços ou da Vicunha Steel; ou (c) pedido de concordata preventiva, de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial formulado ou iniciado pela CSN, pela Emissora, pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel;
 - II. não pagamento, pela Emissora, de qualquer Amortização, do saldo do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data prevista para tal pagamento;
 - III. não cumprimento, pela Emissora ou por quaisquer dos Fiadores, de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, além daquelas a que se refere o inciso II acima, ou em quaisquer dos Contratos de Penhor, não sanada em 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
 - IV. alienação, venda, cessão, transferência, comodato, empréstimo, locação, conferência ao capital, instituição de usufruto ou fideicomisso, constituição de qualquer ônus, gravame ou direito real de garantia (exceto pelos Penhores) ou disposição, de qualquer forma, total ou parcial, direta ou indireta, a título gratuito ou oneroso ("Alienação"), de:
 - (a) quaisquer das Ações da CSN Empenhadas, ou quaisquer direitos a estas inerentes, exceto para os fins do disposto no inciso I da Cláusula 5.19 acima, que não dependerá de qualquer autorização dos Debenturistas, devendo o Agente Fiduciário, para os fins dessa exceção, autorizar a liberação do Penhor de Ações da CSN sobre as Ações da CSN Empenhadas que forem



objeto da Alienação no momento imediatamente subsequente ao do depósito do preço de aquisição das Ações da CSN Empenhadas que forem objeto da Alienação junto à Instituição Depositária;

- (b) quaisquer das Ações da Emissora Empenhadas, ou quaisquer direitos a estas inerentes, exceto (i) se previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; (ii) em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Vicunha Aços permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV abaixo; ou (iii) se os recursos obtidos forem suficientes para promover o resgate antecipado de todas as Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de todas as Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio de resgate, e sejam efetivamente utilizados para tanto, devendo o Agente Fiduciário, para os fins da exceção a que se refere este item (iii), autorizar a liberação do Penhor de Ações da Emissora sobre as Ações da Emissora Empenhadas que forem objeto da Alienação no momento imediatamente subsequente ao do depósito do preço de aquisição das Ações da Emissora Empenhadas que forem objeto da Alienação junto à Instituição Depositária;
- (c) quaisquer das Ações da Vicunha Aços Empenhadas, ou quaisquer direitos a estas inerentes, exceto (i) se previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; (ii) em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Vicunha Aços ou a Vicunha Steel permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV abaixo; ou (iii) se os recursos obtidos forem suficientes para promover o resgate antecipado de todas as Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de todas as Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio de resgate, e sejam efetivamente utilizados para tanto, devendo o



Agente Fiduciário, para os fins da exceção a que se refere este item (iii), autorizar a liberação do Penhor de Ações da Vicunha Aços sobre as Ações da Vicunha Aços Empenhadas que forem objeto da Alienação no momento imediatamente subsequente ao do depósito do preço de aquisição das Ações da Vicunha Aços Empenhadas que forem objeto da Alienação junto à Instituição Depositária;

- (d) quaisquer das Ações da Vicunha Steel Empenhadas, ou quaisquer direitos a estas inerentes, exceto (i) se previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; (ii) em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Vicunha Steel permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV abaixo; (iii) se os recursos obtidos forem suficientes para promover o resgate antecipado de todas as Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de todas as Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio de resgate, e sejam efetivamente utilizados para tanto, devendo o Agente Fiduciário, para os fins da exceção a que se refere este item (iii), autorizar a liberação do Penhor de Ações da Vicunha Steel sobre as Ações da Vicunha Steel Empenhadas que forem objeto da Alienação no momento imediatamente subsequente ao do depósito do preço de aquisição das Ações da Vicunha Steel Empenhadas que forem objeto da Alienação junto à Instituição Depositária; (iv) pelas alienações a qualquer título entre ou para as pessoas que sejam acionistas da Vicunha Steel até 30 de junho de 2005, os Acionistas ou os Fiadores Pessoas Físicas; ou (v) pelas alienações a qualquer título para sociedades cujo capital social votante e total seja de titularidade exclusiva de todos ou de quaisquer dos Fiadores Pessoas Físicas e que tenha como único ativo sua respectiva participação na Vicunha Steel (ou sua sucessora);
- V. não atendimento ao Limite das Ações da CSN Empenhadas, ao Limite das Ações da Emissora Empenhadas, ao Limite das Ações da Vicunha Aços Empenhadas ou ao Limite das Ações da Vicunha Steel Empenhadas (conforme definidos nos respectivos Contratos de



Penhor), não recomposto nos prazos previstos nos respectivos Contratos de Penhor;

- VI. contratação, pela Emissora, pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel, de quaisquer empréstimos, dívidas ou obrigações (incluindo fianças, avais ou outras garantias) ou a inscrição da Emissora, da Vicunha Aços ou da Vicunha Steel na dívida ativa em decorrência de tributos devidos, em valor agregado igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) com relação a cada uma, reajustado anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), seja a que título for, exceto por esta Escritura de Emissão, pelas Despesas (conforme definido abaixo) e pela garantia a que se refere a alínea (b) do inciso I da Cláusula 5.19 acima;
- VII. descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes da Cláusula 5.19 acima ou da Cláusula 7.1 abaixo;
- VIII. se o limite de despesa financeira líquida consolidada da CSN, incluindo variações monetárias líquidas e excluindo variações cambiais líquidas, referentes às dívidas financeiras onerosas, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CSN em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, observado o disposto na alínea (g) do inciso I da Cláusula 8.1 abaixo, em qualquer caso com relação aos 12 (doze) meses anteriores ao respectivo balanço, independentemente de seu tratamento contábil, ultrapassar o menor entre:
- (a) 40% (quarenta por cento) do EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda, depreciação e amortização);
 - (b) EBITDA menos (IR + CS + DIV + PIN), onde:
 - IR = imposto de renda devido pela CSN;
 - CS = contribuição social devida pela CSN;
 - DIV = dividendos efetivamente pagos no período necessários ao pagamento da Amortização e da Remuneração; e
 - PIN = recursos próprios da CSN destinados a investimentos na CSN e a parcela de recursos próprios, adiantamentos para futuros aumentos de capital e outros adiantamentos feitos pela CSN, relacionados a investimentos líquidos no ativo permanente, diretos ou indiretos, realizados por empresas controladas, coligadas, afiliadas e projetos afins, desde



que consolidados nos demonstrativos financeiros da CSN e investimentos diretos em empresas não consolidadas;

- IX. alienação, pela CSN, de Ativos *Core* (conforme definido abaixo), sem a prévia aprovação dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em circulação, ressalvadas as alienações para sociedades das quais a CSN seja e se mantenha controladora e titular de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu capital social total ("Empresas Controladas"), ficando os Ativos *Core* que vierem a ser alienados a Empresas Controladas sujeitos às disposições desta Cláusula sempre que tais Ativos *Core* forem novamente alienados por tais Empresas Controladas. Entende-se como ativos *core* da CSN aqueles diretamente empregados na produção de placas de aço, bobinas a quente, bobinas a frio, aços galvanizados e folhas-de-flandres, localizados na Usina Presidente Vargas ("Ativos Core");
- X. alienação, pela CSN (ressalvadas as alienações para Empresas Controladas, ficando tais Empresas Controladas adquirentes sujeitas às mesmas restrições aqui previstas quanto à posterior alienação), da Mina de Manifesto de Minério de Ferro de Casa de Pedra, (a) sem prévia contratação, pela CSN (ou pelas Empresas Controladas que utilizem minério de ferro em seu processo produtivo), direta ou indiretamente, de fornecimento de minério de ferro (i) em quantidade suficiente para assegurar a produção de aço da CSN (e/ou da respectiva Empresa Controlada), considerada a capacidade instalada à época e os investimentos contratados pelo prazo remanescente das Debêntures; (ii) por prazo igual ou superior ao prazo remanescente das Debêntures acrescido de 2 (dois) anos; e (iii) a preços e em condições iguais ou melhores aos praticados à época por empresas siderúrgicas brasileiras, considerados a quantidade, o preço FOB usina e o prazo; e (b) sem que os recursos oriundos dessa alienação sejam utilizados, alternativa ou cumulativamente, na redução de dívida líquida consolidada da CSN, no pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, e/ou no incremento das atividades de siderurgia ou mineração da CSN, sendo certo entretanto que (i) enquanto os recursos líquidos oriundos dessa alienação não forem utilizados de acordo com o previsto nesta alínea (b), tais recursos deverão ser mantidos no caixa da CSN (ou em aplicações financeiras de renda fixa, não alavancadas); e (ii) sempre que qualquer ativo adquirido para fins de incremento das atividades de siderurgia ou mineração nos termos desta alínea (b) for alienado, os recursos provenientes de tal alienação deverão ter a destinação prevista neste inciso. O disposto neste inciso não deve, em qualquer hipótese, ser entendido como um impedimento para que a



Mina de Manifesto de Minério de Ferro de Casa de Pedra permaneça hipotecada em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou venha a ser novamente onerada exclusivamente como garantia relacionada direta ou indiretamente com os projetos de investimento da CSN;

XI. aprovação, pela assembléia geral dos acionistas, pelo conselho de administração, ou pela diretoria da CSN, das seguintes matérias:

- (a) criação ou emissão de qualquer título ou valor mobiliário com direito a voto ou conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da CSN que resulte, ou cujo exercício possa resultar, em redução da participação da Emissora no capital social votante ou total da CSN;
- (b) criação ou emissão de ações preferenciais;
- (c) alteração nas preferências, vantagens e condições das ações ordinárias de emissão da CSN;
- (d) mudança do objeto social da CSN pela qual qualquer acionista da CSN exerce seu direito de retirada;
- (e) dissolução da CSN, nos termos do artigo 206 da Lei n.º 6.404/76;
- (f) fusão ou incorporação da CSN ou incorporação, pela CSN, de sociedade que não seja controlada ou coligada da CSN, que resulte em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle da Emissora sobre a(s) empresa(s) resultante(s) da fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria fundida, incorporada ou incorporadora; ou (ii) redução da participação da Emissora no capital social votante ou total da(s) empresa(s) resultante(s) da fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria fundida, incorporada ou incorporadora, a um percentual menor que a participação da Emissora no capital social votante e total da CSN no momento imediatamente anterior à efetivação de qualquer dessas operações; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes desta Escritura de Emissão de qualquer Obrigação; e
- (g) cisão da CSN que resulte em redução da participação da Emissora no capital social votante ou total da(s) empresa(s) resultante(s) da cisão da CSN, incluindo, se for o caso, a própria cindida, a um percentual menor que a participação da Emissora no capital social votante e total da CSN no momento



imediatamente anterior à efetivação da cisão, ainda que acima do Limite das Ações da CSN Empenhadas;

- XII. aprovação, pela assembléia geral dos acionistas, pelo conselho de administração, ou pela diretoria da Emissora, das seguintes matérias:
- (a) criação ou emissão de qualquer título, valor mobiliário com ou sem direito a voto ou conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora, ressalvadas as emissões de ações não resgatáveis integralmente subscritas e integralizadas pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel ou pelos Fiadores Pessoas Físicas, desde que tais ações (e os direitos a elas inerentes) permaneçam de titularidade da Vicunha Aços, da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas, observada a exceção prevista na alínea (b) do inciso IV acima;
 - (b) alteração nas preferências, vantagens e condições das ações ordinárias de emissão da Emissora;
 - (c) mudança do objeto social da Emissora;
 - (d) dissolução da Emissora, nos termos do artigo 206 da Lei n.º 6.404/76;
 - (e) fusão, incorporação ou cisão da Emissora exceto se (i) previamente aprovado pela maioria de votos dos Debenturistas presentes à respectiva assembléia de Debenturistas; ou (ii) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembléias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
 - (f) incorporação, pela Emissora, de outra sociedade, exceto pela incorporação, pela Emissora, da Vicunha Steel e/ou da Vicunha Aços; e
 - (g) assinatura, pela Emissora, ou permissão, pela Emissora, de que seja assinado, acordo, contrato ou instrumento, incluindo acordo de acionistas, ou renovação a contrato ou instrumento existente, incluindo acordo de acionistas, (i) prevendo a perda, compartilhamento, restrição ou transferência do controle da



Emissora sobre a CSN; (ii) cujos termos sejam de qualquer forma contraditórios ou inconsistentes com os termos e condições desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Penhor; ou (iii) que contenham cláusulas que possam de qualquer forma afetar a execução do Penhor de Ações da CSN (e.g., cláusulas de direito de preferência, cláusulas de *drag along* – direito de obrigar a vender – e cláusulas de *tag along* – direito de venda conjunta – sobre parte ou a totalidade das Ações da CSN Empenhadas);

XIII. aprovação, pela assembléia geral dos acionistas, pelo conselho de administração ou pela diretoria da Vicunha Aços, das seguintes matérias:

- (a) criação ou emissão de qualquer título, valor mobiliário com ou sem direito a voto ou conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da Vicunha Aços, ressalvadas as emissões de ações não resgatáveis integralmente subscritas e integralizadas pela Vicunha Steel ou pelos Fiadores Pessoas Físicas, desde que tais ações (e os direitos a elas inerentes) permaneçam de titularidade da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas, observadas as exceções previstas na alínea (c) do inciso IV acima;
- (b) alteração nas preferências, vantagens e condições das ações ordinárias de emissão da Vicunha Aços;
- (c) mudança do objeto social da Vicunha Aços;
- (d) dissolução da Vicunha Aços, nos termos do artigo 206 da Lei n.º 6.404/76, que resulte em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas sobre a Emissora; (ii) redução da participação da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas no capital social da Emissora abaixo do Limite das Ações da Emissora Empenhadas; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes desta Escritura de Emissão de qualquer Obrigação; e
- (e) cisão, fusão ou incorporação da Vicunha Aços ou incorporação, pela Vicunha Aços, de outra sociedade, que resultar em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas sobre a Vicunha Aços ou de qualquer da(s) empresa(s) resultante(s) da cisão, fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria cindida, fundida, incorporada ou incorporadora; (ii) redução da



participação da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas ou de sociedades cujas ações sejam 100% (cem por cento) de titularidade dos Fiadores Pessoas Físicas a menos do que 100% (cem por cento) do capital social de qualquer da(s) empresa(s) resultante(s) da cisão, fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria cindida, fundida, incorporada ou incorporadora; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes desta Escritura de Emissão de qualquer Obrigação;

XIV. aprovação, pela assembléia geral dos acionistas, pelo conselho de administração, ou pela diretoria da Vicunha Steel, das seguintes matérias:

- (a) criação ou emissão de qualquer título, valor mobiliário com ou sem direito a voto ou conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da Vicunha Steel, ressalvadas as emissões de ações não resgatáveis integralmente subscritas e integralizadas por qualquer dos Fiadores Pessoas Físicas, desde que tais ações (e os direitos a elas inerentes) permaneçam de titularidade dos Fiadores Pessoas Físicas, observadas exceções previstas na alínea (d) do inciso IV acima;
- (b) mudança do objeto social da Vicunha Steel;
- (c) dissolução da Vicunha Steel, nos termos do artigo 206 da Lei n.º 6.404/76 que resultar em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle dos Fiadores Pessoas Físicas sobre a Vicunha Aços; (ii) redução da participação dos Fiadores Pessoas Físicas no capital social da Vicunha Aços abaixo do Limite das Ações da Vicunha Aços Empenhadas; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes desta Escritura de Emissão de qualquer Obrigação; e
- (d) cisão, fusão ou incorporação da Vicunha Steel ou incorporação, pela Vicunha Steel, de outra sociedade, que resultar em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle dos Fiadores Pessoas Físicas sobre a Vicunha Steel ou de qualquer da(s) empresa(s) resultante(s) da cisão, fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria cindida, fundida, incorporada ou incorporadora; (ii) redução da participação dos Fiadores Pessoas Físicas ou de sociedades cujas ações sejam 100% (cem por cento) de titularidade dos Fiadores Pessoas Físicas, a menos de 100% (cem por cento) do capital social de qualquer da(s) empresa(s) resultante(s) da



cisão, fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria cindida, fundida, incorporada ou incorporadora; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes desta Escritura de Emissão de qualquer Obrigação;

- XV. protesto legítimo de títulos contra a CSN, a Emissora, a Vicunha Aços (ou seu(s) sucessor(es)), a Vicunha Steel (ou seu(s) sucessor(es)) ou quaisquer dos Fiadores Pessoas Físicas, cujo valor unitário ou agregado, reajustado anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do IGPM, seja igual ou superior a (a) relativamente à CSN, R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); ou (b) relativamente à Emissora, à Vicunha Aços ou Vicunha Steel, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma; ou (c) relativamente a cada um dos Fiadores Pessoas Físicas, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela CSN, pela Emissora, pela Vicunha Aços, pela Vicunha Steel ou pelos Fiadores Pessoas Físicas, conforme o caso, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da sua ocorrência;
- XVI. vencimento antecipado de qualquer dívida da CSN, da Emissora, da Vicunha Aços (ou seu(s) sucessor(es)), da Vicunha Steel (ou seu(s) sucessor(es)) ou de quaisquer dos Fiadores Pessoas Físicas, cujo valor, unitário ou agregado, reajustado anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do IGPM, seja igual ou superior a (a) relativamente à CSN, R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); ou (b) relativamente à Emissora, à Vicunha Aços ou Vicunha Steel, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma; ou (c) relativamente a cada um dos Fiadores Pessoas Físicas, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou a constituição em mora da CSN, da Emissora, da Vicunha Aços (ou seu(s) sucessor(es)), da Vicunha Steel (ou seu(s) sucessor(es)) ou de quaisquer dos Fiadores Pessoas Físicas por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das Obrigações; ou
- XVII. não exercício, pela Emissora, de seu poder de controle sobre a CSN de forma para fazer com que (a) a CSN pague anualmente aos acionistas, dividendos ou juros sobre capital próprio, em dinheiro, em montante equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado; e (b) a CSN não distribua dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros de forma outra que em dinheiro ou bonificação de ações.



- 6.1.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I a VII da Cláusula 6.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos VIII a XVII da Cláusula 6.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da verificação da ocorrência pelo Agente Fiduciário, assembléia de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para, se, na referida assembléia de Debenturistas, assim vier a ser aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em circulação, não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que, caso o Agente Fiduciário determine que o evento objeto da convocação da assembléia geral dos Debenturistas foi sanado antes da data da sua realização, poderão os Debenturistas, na referida assembléia de Debenturistas, por decisão dos titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, deliberar pela não declaração do vencimento antecipado. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, do prazo a que se refere esta Cláusula não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda do direito de convocar a assembléia de Debenturistas.
- 6.1.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, com o conseqüente cancelamento de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso II acima, dos Encargos Moratórios), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos Encargos Moratórios.
- 6.1.3 Não ocorrendo o pagamento, pela Emissora, a que se refere a Cláusula 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário procederá à excussão extrajudicial do Penhor de Ações da CSN, sem prejuízo de executar simultaneamente a Fiança, e, observado o disposto na Cláusula 5.8.1.1 acima, procederá, em qualquer ordem ou simultaneamente, à excussão extrajudicial do Penhor de Ações da Emissora, do Penhor de Ações da Vicunha Aços e/ou do Penhor de Ações da Vicunha Steel.
- 6.1.4 Fica desde já certo que qualquer referência à Vicunha Steel e/ou à Vicunha Aços deixará de ser aplicável caso qualquer uma delas deixe de existir em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV da Cláusula 6.1 acima, em que, como condição suspensiva a tal operação, tenha sido entregue documento firmado pela



sucessora ou empresa que tenha recebido os ativos (excluindo a Emissora, a Vicunha Aços, a Vicunha Steel ou os Fiadores Pessoas Físicas, que já estão obrigados nos termos desta Escritura de Emissão) por meio do qual tal sucessora ou empresa que tenha recebido os ativos passe a estar imediatamente sujeita às Obrigações na mesma extensão assumida pela Vicunha Steel e/ou pela Vicunha Aços nesta Escritura de Emissão.

VII

DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

DECORRENTES DE DIVIDENDOS OU JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DA CSN

- 7.1 A Emissora obriga-se a utilizar todos os recursos recebidos, líquidos de tributos incidentes sobre o seu recebimento, a título de dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pela CSN a partir, exclusive, da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes única e exclusivamente para os fins previstos abaixo, na seguinte ordem:
- I. pagamento das prestações anuais das Amortizações, Remuneração e demais encargos previstos nesta Escritura de Emissão, sendo que caso a Emissora receba, em determinado ano (assim entendido o período de 12 (doze) meses entre 1º de janeiro e 31 de dezembro), recursos decorrentes de pagamentos de dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos pela CSN antes da respectiva data anual de pagamento da Remuneração e/ou Amortização e demais encargos devidos, a Emissora deverá aplicar integralmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, os recursos assim recebidos, líquidos de tributos incidentes sobre o seu recebimento, no pagamento antecipado da respectiva parcela anual de Remuneração e/ou Amortização e demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, não sendo devido qualquer prêmio de amortização;
 - II. constituição ou reforço do Caixa (conforme definido abaixo);
 - III. pagamento, pela Emissora, dos seguintes valores:
 - (a) dos custos, despesas e encargos incorridos pela Emissora entre cada data de pagamento de Remuneração (exceto pela data de início do primeiro período, que será a partir, exclusive, da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes), desde que comprovados e relacionados com a manutenção das Obrigações, limitados a até R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) por ano, reajustados anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do IGPM, incluindo (i) a manutenção do



registro da Emissora de companhia aberta; (ii) o registro de eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão; (iii) a manutenção dos Penhores, incluindo eventuais aditamentos aos respectivos Contratos de Penhor e seus registros ou averbações no(s) competente(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos; (iv) a manutenção do registro de negociação das Debêntures junto ao SND e à Bovespa Fix; (v) as publicações relacionadas às Debêntures exigidas por lei e/ou por esta Escritura de Emissão; (vi) a remuneração e as despesas do Agente Fiduciário; (vii) a remuneração e as despesas incorridas pelo banco mandatário e escriturador das Debêntures; e (viii) a remuneração e as despesas incorridas na revisão anual desta emissão de Debêntures por uma agência classificadora de crédito em funcionamento no País e conceituada internacionalmente (em conjunto, "Despesas"), sendo certo entretanto que quaisquer valores que excedam o limite aqui previsto serão de responsabilidade única e exclusiva da Emissora, devendo a Vicunha Aços prover a Emissora de recursos necessários para tanto mediante aumento de capital na Emissora para integralização em dinheiro e à vista; e/ou

- (b) pagamento de tributos devidos pela Emissora cujos fatos geradores tenham ocorrido entre cada data de pagamento de Remuneração (exceto pela data de início do primeiro período, que será a partir da Data de Emissão), desde que (i) relacionados com o cumprimento, pela Emissora, e somente pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, ou com a titularidade das ações de emissão da CSN; e (ii) em qualquer caso, o pagamento seja, por disposição legal, de responsabilidade da Emissora;

que constarão de demonstrativo a ser preparado pela Emissora até o dia 30 de abril de cada ano e mantido à disposição do Agente Fiduciário juntamente com os respectivos comprovantes de pagamento;

- IV. distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Emissora, limitados ao somatório de (a) R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) por ano, acrescido do valor correspondente aos juros, calculados à taxa de 101,5% (cento e um inteiros e cinco décimos por cento) da Taxa DI ao ano, sobre o saldo devedor das Debêntures; e (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por ano, reajustado anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do IGPM; e



- V. para os fins do inciso II da Cláusula 5.19 acima, sendo os recursos remanescentes após os pagamentos a que se referem os incisos I a IV acima denominados "Recursos Extraordinários".
- 7.1.1 Para o fim único e exclusivo de efetuar pagamento das Despesas, independentemente do disposto no inciso III da Cláusula 7.1 acima, e desde que a Emissora esteja em dia no cumprimento das Obrigações, é facultado à Emissora manter disponível em seu caixa (ou investidos em aplicações financeiras de renda fixa, não alavancadas) o valor equivalente a até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), reajustado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGPM, desde que existam Despesas incorridas ou a serem incorridas pela Emissora no ano que justifiquem a manutenção de tal disponibilidade ("Caixa"). Ao final de cada ano, a Emissora deverá prestar contas ao Agente Fiduciário das Despesas pagas durante o respectivo ano.

VIII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

- 8.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:
- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social e declaração da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas Obrigações, no prazo de até 90 (noventa) dias do término do respectivo exercício social;
 - (b) cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada semestre intermediário de cada exercício social e declaração da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas Obrigações, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término do respectivo semestre;
 - (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra que venha a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (d) informações sobre qualquer descumprimento, pela Emissora, de qualquer Obrigação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do descumprimento;



- (e) qualquer informação referente à emissão das Debêntures que esteja disponível e que razoavelmente lhe venha a ser solicitada dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da referida solicitação;
- (f) nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem realizados ou publicados (o que for maior)
 - (i) relativamente à Emissora, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e todas as atas de assembléias de acionistas, de reuniões do conselho de administração e de reuniões da diretoria; e (ii) relativamente à CSN, fatos relevantes e atas de assembléias de acionistas que afetem direta e significativamente a capacidade financeira da Emissora de liquidar suas Obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou as Debêntures ou que sejam relacionadas à distribuição, pela CSN, de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio; e
- (g) demonstrativo auditado de apuração do limite a que se refere o inciso VIII da Cláusula 6.1 acima, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data limite estipulada pela CVM para envio das demonstrações financeiras periódicas;
- (h) ocorrendo o disposto no inciso X da Cláusula 6.1 acima, comprovar (i) no prazo máximo de até 20 (vinte) dias contados da data da efetivação de qualquer das aplicações a que se refere a alínea (b) do inciso X da Cláusula 6.1 acima, que os recursos (líquidos de tributos incidentes) oriundos da venda da Mina de Manifesto de Minério de Ferro de Casa de Pedra (ou dos ativos adquiridos com os recursos (líquidos de tributos incidentes) provenientes da alienação da Mina de Manifesto de Minério de Ferro de Casa de Pedra, ou ainda dos ativos adquiridos subsequentemente nos termos de tal inciso X) foram aplicados de acordo com o ali previsto; e (ii) trimestralmente (e sempre que o Agente Fiduciário assim solicitar), que os recursos (líquidos de tributos incidentes) ainda não aplicados de acordo com o previsto no inciso X da Cláusula 6.1 acima permanecem disponíveis no caixa da CSN (ou em aplicações financeiras de renda fixa, não alavancadas); e
- (i) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Penhor, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;



- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo por esta questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito ou cujo descumprimento não possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir as Obrigações;
- III. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- IV. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;
- V. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, a fim de assegurar um eficiente tratamento aos Debenturistas, ou contratar instituição financeira autorizada que preste esse serviço;
- VI. contratar, para o início da distribuição pública das Debêntures, e manter atualizada, pelo menos anualmente, às suas expensas, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida às Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco;
- VII. contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às Obrigações, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix);
- VIII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, previamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.3 abaixo; e



- IX. na Data de Integralização, aplicar imediatamente os recursos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures (líquidos de tributos, comissões de distribuição e despesas e taxas relacionadas ao registro e à formalização desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor), na quitação integral de todos os valores devidos nos termos das Obrigações Existentes, bem como cumprir com todas as demais obrigações não pecuniárias decorrentes das Obrigações Existentes (incluindo aquelas decorrentes dos respectivos contratos de penhor) a fim de que a Emissora e os garantidores ali previstos obtenham quitação total de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias ali previstas (incluindo aquelas decorrentes dos respectivos contratos de penhor) e liberação de todas as garantias ali prestadas, sendo a data em que o Agente Fiduciário receber evidência a ele satisfatória da ocorrência de tal quitação integral das Obrigações Existentes, a "Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes".

8.2 A Vicunha Aços está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas Obrigações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias do término do respectivo exercício social;
 - (b) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada semestre intermediário de cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas Obrigações, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término do respectivo semestre;
 - (c) informações sobre qualquer descumprimento, pela Vicunha Aços ou pela Emissora, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão ou de quaisquer dos Contratos de Penhor, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do descumprimento;
 - (d) qualquer informação referente à emissão das Debêntures que esteja disponível e que razoavelmente lhe venha a ser solicitada dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da referida solicitação;
 - (e) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e todas as atas de assembleias de acionistas, na mesma data em que forem publicados ou, se não forem publicados, no prazo de 3 (três) dias úteis contado da data em que forem realizados; e



- (f) todos os demais documentos e informações que a Vicunha Aços, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor de Ações da Emissora, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
 - II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo por esta questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito ou cujo descumprimento não possa afetar a capacidade da Vicunha Aços de cumprir suas Obrigações;
 - III. exercer seu poder de controle sobre a Emissora e a CSN e votar nas assembléias gerais da Emissora e fazer com que os conselheiros da Emissora votem todas matérias submetidas à sua apreciação para que a Emissora e a CSN cumpram integral e tempestivamente todas as suas respectivas Obrigações; e
 - IV. não exercer atividades outras que participar no capital social da Emissora.
- 8.3 A Vicunha Steel está adicionalmente obrigada a:
- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas Obrigações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias do término do respectivo exercício social;
 - (b) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada semestre intermediário de cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas Obrigações, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término do respectivo semestre;
 - (c) informações sobre qualquer descumprimento, pela Vicunha Steel, pela Vicunha Aços ou pela Emissora, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão ou de quaisquer dos Contratos de Penhor, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do descumprimento;
 - (d) qualquer informação referente à emissão das Debêntures que esteja disponível e que razoavelmente lhe venha a ser solicitada dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da referida solicitação;



- (e) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e todas as atas de assembleias de acionistas, de reuniões do conselho de administração e de reuniões de diretoria da Vicunha Steel, na mesma data em que forem publicados ou, se não forem publicados, no prazo de 3 (três) dias úteis contado da data em que forem realizados; e
 - (f) todos os demais documentos e informações que a Vicunha Steel, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Penhor de Ações da CSN, no Contrato de Penhor de Ações da Emissora e no Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo por esta questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito ou cujo descumprimento não possa afetar a capacidade da Vicunha Steel de cumprir as suas Obrigações;
 - III. exercer seu poder de controle sobre a Vicunha Aços, a Emissora e a CSN de forma a fazer com que a Vicunha Aços, a Emissora e a CSN cumpram integral e tempestivamente todas as suas respectivas Obrigações; e
 - IV. não exercer atividades outras que participar no capital social da Vicunha Aços.
- 8.4 Cada um dos Fiadores Pessoas Físicas está adicionalmente obrigado a:
- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) semestralmente, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas Obrigações;
 - (b) informações sobre qualquer descumprimento, por tal Fiador, e, se for de seu conhecimento, pela Vicunha Steel, pela Vicunha Aços ou pela Emissora, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Penhor, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do descumprimento;



- (c) qualquer informação referente à emissão das Debêntures que esteja disponível e que razoavelmente lhe venha a ser solicitada dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da referida solicitação; e
 - (d) todos os demais documentos e informações que o Fiador, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, no Contrato de Penhor de Ações da Emissora, no Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços e no Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
- II. com relação aos Acionistas, exercer seu poder de controle sobre a Vicunha Steel, a Vicunha Aços, a Emissora e a CSN e votar nas assembléias gerais da Vicunha Steel e fazer com que os conselheiros da Vicunha Steel votem todas matérias submetidas à sua apreciação, para que a Vicunha Steel, a Vicunha Aços, a Emissora e a CSN cumpram integral e tempestivamente todas as suas respectivas Obrigações.
- 8.5 Fica desde já certo que qualquer obrigação ou referência à Vicunha Steel e/ou à Vicunha Aços deixará de ser aplicável caso qualquer uma delas deixe de existir em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV da Cláusula 6.1 acima, em que, como condição suspensiva a tal operação, tenha sido entregue documento firmado pela sucessora (que não seja a Emissora, a Vicunha Aços, a Vicunha Steel ou os Fiadores Pessoas Físicas, que já estão obrigados nos termos desta Escritura de Emissão) por meio do qual tal sucessora passe a estar imediatamente sujeita às obrigações na mesma extensão assumida pela Vicunha Steel e/ou pela Vicunha Aços nesta Escritura de Emissão.

IX

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 9.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:
- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, notadamente a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;



- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
 - IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83;
 - V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
 - VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, os Contratos de Penhor e todos os seus termos e condições;
 - VII. verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
 - VIII. verificou a regularidade da constituição dos Penhores e da Fiança bem como o valor dos Penhores, conforme a Cláusula 5.8.2 acima, e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
 - IX. é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
 - X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Penhor e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - XI. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
 - XII. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Penhor constituem obrigações válidas e eficazes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos.
- 9.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.



9.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Penhor;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembléia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a



assembléia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 5.26 e 5.27 acima;
- IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e
- X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

9.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) por trimestre, devida pela Emissora, sendo (a) a primeira parcela trimestral da remuneração (com desconto da taxa da implantação de R\$3.000,00 (três mil reais), já paga pela Emissora) devida até o 5º (quinto) dia útil contado da data de concessão do registro da emissão das Debêntures pela CVM, e as demais, na mesma data dos trimestres subsequentes; (b) reajustada anualmente, desde 9 de maio de 2005, pela variação do IGPM, ou pelo índice que eventualmente o substitua; e (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;
- II. poderá, a partir do 60º (sexagésimo) dia de inadimplência no pagamento da remuneração a que se refere o inciso I acima por parte da Emissora, emitir boleto de cobrança do valor em atraso para os Debenturistas na proporção de suas participações na emissão das Debêntures para poder continuar o Agente Fiduciário a prestar e manter a qualidade dos serviços contratados;



- III. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:
- (a) especialistas, caso sejam considerados necessários em base razoável, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas;
 - (b) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (c) extração de certidões;
 - (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis;
 - (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
 - (f) constituição, manutenção dos Penhores e da Fiança;
- IV. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere o inciso III acima, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que



efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação; e

- V. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso IV acima será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

9.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Penhor, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição e registro desta Escritura de Emissão e o registro dos Contratos de Penhor e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;



- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. verificar a regularidade da constituição dos Penhores (bem como seus valores) e da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- XII. intimar, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, a Emissora a substituir os Fiadores nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas e necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, da CSN, da Emissora e dos Fiadores;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XV. convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de Debenturistas;
- XVI. comparecer à assembléia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da realização da assembléia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de Debenturistas;
- XVII. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da CSN, da Emissora, da Vicunha Aços e da Vicunha Steel, enfocando os



indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da CSN, da Emissora, da Vicunha Aços e da Vicunha Steel;

- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) pagamentos de resgates, amortizações parciais, Amortizações, Remuneração e outros pagamentos das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures e das ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da CSN efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais Obrigações assumidas pela Emissora, e pelos Fiadores, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, da Vicunha Aços, da Vicunha Steel e aos Fiadores Pessoas Físicas;
- (i) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade dos Penhores e da Fiança; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVII acima até o dia 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na Bovespa e na sede da instituição líder da distribuição das Debêntures;

XIX. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVIII acima;

XX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à Bovespa, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a Bovespa a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;



- XXI. coordenar a amortização e o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XXII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, da Vicunha Aços, da Vicunha Steel e aos Fiadores Pessoas Físicas, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e
- XXIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora ou por quaisquer dos Fiadores, de qualquer Obrigação, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, aos Fiadores, à CVM, à CETIP e à Bovespa.
- 9.5 No caso de inadimplemento da Emissora ou de quaisquer dos Fiadores de suas Obrigações, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.1 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.1 e 6.1.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. observado o disposto nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Penhor, proceder à execução extrajudicial dos Penhores e à execução da Fiança, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional dos Debenturistas;
 - III. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - V. representar os Debenturistas em processo de falência ou concordata (ou recuperação judicial ou extrajudicial) da Emissora.



- 9.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 e 6.1.1 a 6.1.4 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV da Cláusula 9.5 acima se, convocada a assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas em circulação. Na hipótese do inciso V da Cláusula 9.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

X

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 10.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 10.2 A assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 10.3 A assembléia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 10.4 A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 10.5 Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 10.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação da maioria de votos dos Debenturistas presentes à respectiva assembléia de Debenturistas.
- 10.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 5.17.4 e 5.17.5 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da espécie das Debêntures; ou (e) desta Cláusula 10.5.1 e seus incisos.
- 10.6 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou



indiretamente, à Emissora, aos Fiadores, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou dos Fiadores, ou a qualquer coligada da Emissora ou dos Fiadores, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembléia de Debenturistas, além do disposto no item (i), também serão excluídos os votos em branco.

- 10.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos Debenturistas.
- 10.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 10.9 Aplica-se à assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

XI

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

- 11.1 A Emissora nesta data declara que:
 - I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras;
 - II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor têm poderes bastante para tanto;
 - III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
 - IV. a constituição do Penhor de Ações da CSN, a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor e o cumprimento de suas Obrigações (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; e (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora, não havendo qualquer ação judicial ou procedimento administrativo visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer outra forma, afetar as Obrigações;
 - V. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Penhor constituem obrigações válidas e eficazes da Emissora e exequíveis de acordo com os seus termos e condições;



- VI. está em dia com o cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo por esta questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito ou cujo descumprimento não possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir as suas Obrigações;
- VII. não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de emissão da CSN e/ou da Emissora, ou sacados contra qualquer uma delas, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), relativamente à CSN e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) relativamente à Emissora, excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; e (b) dívida vencida e não paga de responsabilidade da CSN e/ou Emissora de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), relativamente à CSN e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) relativamente à Emissora ou a constituição em mora da CSN e/ou da Emissora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das Obrigações da Emissora;
- VIII. a Vicunha Aços e os 6 (seis) conselheiros da Emissora, titulares cada um de 1 (uma) ação ordinária nominativa e sem valor nominal de emissão da Emissora, são os únicos acionistas da Emissora; e
- IX. a Emissora é titular das Ações da CSN Empenhadas, que estão totalmente integralizadas e livres e desembaraçadas de qualquer contestação ou procedimento judicial ou administrativo que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar o Penhor de Ações da CSN e/ou afetar as Obrigações, e de todo e qualquer ônus, gravame ou restrição à sua alienação ou transferência, exceto (a) pelo Penhor de Ações da CSN e pelas restrições impostas por esta Escritura de Emissão e pelo Contrato de Penhor de Ações da CSN; e (b) pelo penhor de ações de emissão da CSN constituído nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Companhia Siderúrgica Nacional", celebrado em 13 de junho de 2005, que será desconstituído na Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, mediante a quitação das Obrigações Existentes nos termos do inciso IX da Cláusula 8.1 acima.



- 11.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.
- 11.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.
- 11.2 A Vicunha Aços nesta data declara que:
- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras;
 - II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços têm poderes bastante para tanto;
 - III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
 - IV. a constituição do Penhor de Ações da Emissora, a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, da Fiança, do Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor da Vicunha Aços e o cumprimento de suas Obrigações (a) não implicam o inadimplemento da Vicunha Aços em qualquer contrato ou documento do qual a Vicunha Aços seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Vicunha Aços esteja sujeita; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Vicunha Aços, não havendo qualquer ação judicial ou procedimento administrativo visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer outra forma, afetar as Obrigações;
 - V. esta Escritura de Emissão, inclusive a Fiança, e o Contrato de Penhor de Ações da Emissora constituem obrigações válidas e eficazes da Vicunha Aços e exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - VI. a Emissora e a Vicunha Aços estão em dia com o cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas as leis, regulamentos, normas



administrativas e determinações que estão sendo por estas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito ou cujo descumprimento não possa afetar a capacidade da Emissora ou da Vicunha Aços, conforme o caso, de cumprir as suas Obrigações;

- VII. não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra a Vicunha Aços, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (b) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
 - VIII. a Vicunha Steel e os 6 (seis) conselheiros da Vicunha Aços, titulares cada um de 1 (uma) ação ordinária nominativa e sem valor nominal de emissão da Aços, são os únicos acionistas da Vicunha Aços; e
 - IX. todas as ações de emissão da Emissora são de propriedade da Vicunha Aços e dos 6 (seis) conselheiros da Emissora, titulares cada um de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Emissora, e estão totalmente integralizadas e livres e desembaraçadas de qualquer contestação ou procedimento judicial ou administrativo que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar o Penhor de Ações da Emissora e/ou afetar as Obrigações, e de todo e qualquer ônus, gravame ou restrição à sua alienação ou transferência, exceto (a) pelo Penhor de Ações da Emissora e pelas restrições impostas por esta Escritura de Emissão e pelo Contrato de Penhor de Ações da Emissora; e (b) pelo penhor de ações de emissão da Emissora constituído nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Vicunha Siderurgia S.A.", celebrado em 13 de junho de 2005, que será desconstituído na Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, mediante a quitação das Obrigações Existentes nos termos do inciso IX da Cláusula 8.1 acima.
- 11.2.1 A Vicunha Aços obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente



Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

11.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2.1 acima, a Vicunha Aços compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

11.3 A Vicunha Steel nesta data declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços e do Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel têm poderes bastante para tanto;
- III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços e do Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. a constituição do Penhor de Ações da Vicunha Aços, a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, da Fiança, do Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços e do Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel e o cumprimento de suas Obrigações (a) não implicam o inadimplemento da Vicunha Steel em qualquer contrato ou documento do qual a Vicunha Steel seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Vicunha Steel esteja sujeita; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Vicunha Steel, não havendo qualquer ação judicial ou procedimento administrativo visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer outra forma, afetar as Obrigações;
- V. esta Escritura de Emissão, inclusive a Fiança, e o Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços constituem obrigações válidas e eficazes da Vicunha Steel e exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- VI. está em dia com o cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo por esta questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito ou cujo descumprimento não possa afetar a capacidade da Vicunha Steel de cumprir as suas Obrigações;



- VII. não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (b) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- VIII. os Acionistas, Jacks Rabinovich, espólio de Clotilde Rabinovich Pasternak e 6 (seis) conselheiros da Vicunha Steel, titulares cada um de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Vicunha Steel, são os únicos acionistas da Vicunha Steel; e
- IX. todas as ações de emissão da Vicunha Aços são de propriedade da Vicunha Steel e dos 6 (seis) conselheiros da Vicunha Aços, titulares cada um de uma ação ordinária nominativa de emissão da Vicunha Aços, e estão totalmente integralizadas e livres e desembaraçadas de qualquer contestação ou procedimento judicial ou administrativo que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar o Penhor de Ações da Vicunha Aços e/ou afetar as Obrigações, e de todo e qualquer ônus, gravame ou restrição à sua alienação ou transferência, exceto (a) pelo Penhor de Ações da Vicunha Aços e pelas restrições impostas por esta Escritura de Emissão e pelo Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços; e (b) pelo penhor de ações de emissão da Vicunha Aços constituído nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Vicunha Aços S.A.", celebrado em 13 de junho de 2005, que será desconstituído na Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, mediante a quitação das Obrigações Existentes nos termos do inciso IX da Cláusula 8.1 acima.
- 11.3.1 A Vicunha Steel obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.
- 11.3.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.3.1 acima, a Vicunha Steel compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas, o Agente



Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

11.4 Cada um dos Fiadores Pessoas Físicas neste ato declara que:

- I. relativamente a cada um dos Acionistas, é acionista direto da Vicunha Steel e, em conjunto com Jacks Rabinovich e Espólio de Clotilde Rabinovich Pasternak, controlador direto da Vicunha Steel e indireto da Vicunha Aços e da Emissora;
- II. tem plena capacidade para assumir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive para honrar a Fiança prestada, seja no todo ou em parte, e no Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel;
- III. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, da Fiança e do Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel e o cumprimento de suas Obrigações (a) não implicam o inadimplemento de cada um dos Fiadores em qualquer contrato ou documento do qual o Fiador seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que esteja sujeito; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face de cada um dos Fiadores, não havendo qualquer ação judicial ou procedimento administrativo visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer outra forma, afetar as Obrigações;
- IV. esta Escritura de Emissão, inclusive a Fiança, e o Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel constituem obrigações válidas e eficazes de cada um dos Fiadores e exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. todas as ações de emissão da Vicunha Steel são de propriedade dos Acionistas, de Jacks Rabinovich e do espólio de Clotilde Rabinovich Pasternak e de 6 (seis) conselheiros da Vicunha Steel, titulares cada um de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Vicunha Steel, estão totalmente integralizadas e livres e desembaraçadas de qualquer contestação ou procedimento judicial ou administrativo que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar o Penhor de Ações da Vicunha Steel e/ou afetar as Obrigações, e de todo e qualquer ônus, gravame ou restrição à sua alienação ou transferência, exceto (a) pelo acordo de acionistas da Vicunha Steel, datado de 25 de setembro de 2000; (b) pelo Penhor de Ações da Vicunha Steel e pelas restrições impostas por esta Escritura de Emissão e pelo Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel; e (c) pelo penhor de ações de emissão da Vicunha Steel constituído nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Vicunha Steel S.A.", celebrado em



13 de junho de 2005, que será desconstituído na Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, mediante a quitação das Obrigações Existentes nos termos do inciso IX da Cláusula 8.1 acima;

- VI. os Acionistas celebraram acordo pelo qual os Acionistas se comprometeram a comprar as ações de emissão da Vicunha Steel de titularidade de Jacks Rabinovich e do espólio de Clotilde Rabinovich até 30 de junho de 2005 ("Aquisição"); e
 - VII. caso a Aquisição ocorra, os Acionistas serão titulares de ações de emissão da Vicunha Steel representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Vicunha Steel, excluídas até 8 (oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Vicunha Steel e de titularidade de até 8 (oito) conselheiros da Vicunha Steel.
- 11.4.1 Cada um dos Fiadores Pessoas Físicas acima obriga-se, de forma irrevogável e irreatável, a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.
- 11.4.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.4.1 acima, cada um dos Fiadores Pessoas Físicas acima compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.
- 11.5 Fica desde já certo que qualquer declaração ou referência à Vicunha Steel e/ou à Vicunha Aços deixará de ser aplicável caso qualquer uma delas deixe de existir em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV da Cláusula 6.1 acima, em que, como condição suspensiva a tal operação, tenha sido entregue documento firmado pela sucessora ou empresa que tenha recebido os ativos (excluindo a Emissora, a Vicunha Aços, a Vicunha Steel ou os Fiadores Pessoas Físicas, que já estão obrigados nos termos desta Escritura de Emissão) por meio do qual tal sucessora ou empresa que tenha recebido os ativos passe a estar imediatamente sujeita às Obrigações na mesma extensão assumida pela Vicunha Steel e/ou pela Vicunha Aços nesta Escritura de Emissão.



XII

DAS DESPESAS

- 12.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

XIII

DA INTERVENIENTE ANUENTE

- 13.1 A CSN firma esta Escritura de Emissão na qualidade de interveniente anuente, declarando conhecer todos os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor de Ações da CSN.

XIV

DO FORO

- 14.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

(As assinaturas seguem na página seguinte).

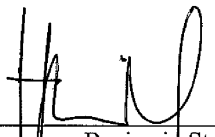



PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA DA SEGUNDA EMISSÃO
DE VICUNHA SIDERURGIA S.A. (PÁGINA DE ASSINATURAS)

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam
esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com
2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

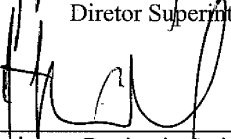
São Paulo, 27 de junho de 2005.

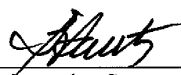
VICUNHA SIDERURGIA S.A.


Benjamin Steinbruch
Diretor Superintendente

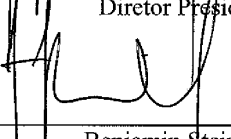

Rubens dos Santos
Diretor de Relações com Investidores


VICUNHA AÇOS S.A.


Benjamin Steinbruch
Diretor Presidente


Rubens dos Santos
Diretor

VICUNHA STEEL S.A.

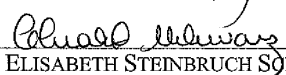

Benjamin Steinbruch
Diretor Presidente


Rubens dos Santos
Procurador


DOROTHEA STEINBRUCH


BENJAMIN STEINBRUCH


RICARDO STEINBRUCH


ELISABETH STEINBRUCH SCHWARZ



PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA DA SEGUNDA EMISSÃO
DE VICUNHA SIDERURGIA S.A. (PÁGINA DE ASSINATURAS (CONT.))



ELIEZER STEINBRUCH



CLARICE STEINBRUCH

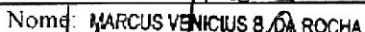


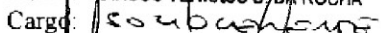
FÁBIO STEINBRUCH



LÉO STEINBRUCH

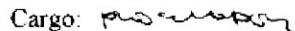
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

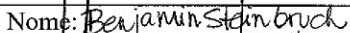
Nome:  MARCUS VENICIUS B. DA ROCHA

Cargo:  SOUBA

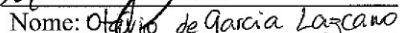
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

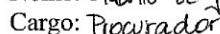
Nome:  CARLOS ALBERTO BACHA

Cargo:  PROCURADOR

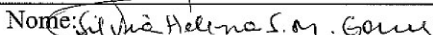
Nome:  Benjamin Steinbruch

Cargo:  Diretor Presidente

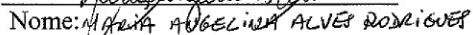
Nome:  Otávio de Garcia Lazcano

Cargo:  Procurador

Testemunhas:

Nome:  Silvana Helena S. M. Gomes

Id.: 23.242.886-6 SSP/SP

Nome:  MARIA ADELINA ALVES RODRIGUES

Id.: RG. 6095.953